



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

Unidade Regional de Regularização Ambiental Leste Mineiro - Coordenação de Análise Técnica

Processo nº 2090.01.0008580/2023-44

Governador Valadares, 21 de novembro de 2023.

Despacho nº 217/2023/FEAM/URA LM - CAT	
Empreendedor: MCI RECICLAGEM E COMECIO LTDA.	CNPJ: 11.958.883/0003-25
Empreendimento: MCI RECICLAGEM E COMECIO LTDA.	CNPJ: 11.958.883/0003-25
Processo Administrativo SLA: 1377/2023	Município: João Monlevade
Assunto: Arquivamento do Processo Administrativo de LAC (LP+LI+LO) para obtenção da Licença Ambiental para ampliação do empreendimento	
Equipe interdisciplinar	MASP
Cíntia Marina Assis Igídio - Gestora Ambiental	1253016-8
Maiume Rughania Sá Soares - Gestora Ambiental	1366188-9
Mary Aparecida Alves de Almeida - Gestora Ambiental	806457-8
Laudo José Carvalho de Oliveira - Gestor Ambiental	1400917-9
De acordo: Lirriet de Freitas Libório Oliveira - Coordenadora de Análise Técnica	1523165-7
De acordo: Clayton Carlos Alves Macedo - Coordenador de Controle Processual	615160-9
Senhor Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental,	
<p>A empresa MCI RECICLAGEM E COMECIO LTDA. (CNPJ n. 11.958.883/0003-25) ^[1] está situada na zona rural do município de João Monlevade e desenvolve a atividade de “reciclagem ou regeneração de outros materiais não classificados ou não especificados, exclusive produtos químicos”, amparada pela LOC n. 012, com validade ^[2] até 19/10/2028, consoante publicação realizada originalmente na IOF/MG na data de 20/10/2018, em nome da antiga empresa titular BENEFICIAMENTO E RECICLAGEM COLLARES LTDA.</p> <p>Com objetivo de ampliar o empreendimento, o empreendedor formalizou no Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA) o Processo Administrativo n. 1377/2023, na data de 29/06/2023, para inclusão das atividades “F-01-01-6 Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de sucata metálica, papel, papelão, plásticos ou vidro para reciclagem, contaminados com óleos, graxas ou produtos químicos, exceto agrotóxicos”, <u>com área útil de 0,2 ha</u>; “F-01-10-1 Central de armazenamento temporário e/ou transferência de resíduos Classe I perigosos”, com capacidade instalada de 10 m³/dia; “F-05-17-0 Processamento ou reciclagem de sucata” com capacidade instalada de 100 t/dia; “B-02-01-2 Sinterização de minério de ferro e outros resíduos siderúrgicos” com capacidade instalada de 340 t/dia; “F-01-09-5 Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de outros resíduos não listados ou não classificados”, <u>com área útil de 0,3 ha</u>, e aumento da</p>	

capacidade instalada de 28 t/dia para 272 t/dia da atividade “F-05-07-1 Reciclagem ou regeneração de outros resíduos classe 2 (não-perigosos) não especificados”, classe 4, conforme Deliberação Normativa COPAM n. 217/2017.

Análise documental preliminar realizada sob o prisma eminentemente jurídico nos dias 05 e 06/07/2023, com o cadastramento da solicitação de informações complementares de cunho jurídico no SLA, na data de 15/09/2023, em consonância com as diretrizes da Instrução de Serviço Sisema n. 06/2019.

I. Da inviabilidade da pretensão ampliativa de licenciamento ambiental concomitante

Os parâmetros das atividades que se busca ampliar correspondem a área útil e capacidade instalada, cujas definições constam na Deliberação Normativa COPAM n. 217/2017, conforme descrito abaixo:

[...] 7.2. **Área útil** para estabelecimentos industriais e centrais de recebimento e armazenamento de resíduos - É o somatório das áreas utilizadas pelo empreendimento para a consecução de seu objetivo social, incluídas, quando pertinentes, as áreas dos setores de apoio, as áreas destinadas à circulação, estocagem, manobras e estacionamento, as áreas efetivamente utilizadas ou reservadas para disposição ou tratamento de efluentes e resíduos. Ficam excluídas do cálculo da área útil as áreas de parques, de reservas ecológicas e legais, bem como as áreas consideradas de preservação permanente e de patrimônio natural. A área útil deve ser expressa em hectare (ha).

[...]

11. **Capacidade instalada** - É a capacidade máxima de produção da atividade objeto do licenciamento, a qual deverá ser informada levando-se em conta o porte e a quantidade de equipamentos de produção, bem como o número de empregados e a jornada de trabalho (horas/dia e dias/semana). Deverá ser expressa necessariamente na unidade explicitada no texto descritivo do porte do empreendimento. [...]

Após análise dos estudos e demais documentos apresentados pelo empreendedor no SLA, verificou-se a existência de divergências no que se refere à área do empreendimento e à capacidade instalada/nominal.

Embora o empreendedor tenha informado que pretende o **aumento da capacidade instalada** de 28 t/dia para 272 t/dia da atividade “F-05-07-1 Reciclagem ou regeneração de outros resíduos classe 2 (não-perigosos) não especificados”, **no RCA consta que, após a ampliação, a capacidade nominal instalada será de 13.364 t/mês.**

Ademais, o processo de licenciamento ambiental em questão objetiva a inclusão das atividades “F-01-01-6 Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de sucata metálica, papel, papelão, plásticos ou vidro para reciclagem, contaminados com óleos, graxas ou produtos químicos, exceto agrotóxicos”, **com área útil de 0,2 ha**, e “F-01-09-5 Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de outros resíduos não listados ou não classificados”, **com área útil de 0,3 ha**, entre outras.

No Relatório de Controle Ambiental (RCA) foi informado que a **área útil total ocupada pelo empreendimento é de 2,16 ha.**

No documento “Justificativa de Não incremento de ADA” anexado ao SLA o empreendedor informou que a ADA pela atividade licenciada corresponde a **2,16 ha.**

No RCA consta a informação dando conta de que *“A área total da propriedade onde está inserida a planta de beneficiamento mede cerca de 13,6 ha, sendo que a área destinada à atividade licenciada é de apenas 1,7 hectares”*.

Também foi informado no RCA a **área construída de 3.091 m² (0,3091 ha)**, **sendo este parâmetro superior a todos os outros informados como área útil.**

Ainda, de acordo com o PARECER ÚNICO n. 0660549/2018 (SIAM), que subsidiou a concessão da LOC n. 012,

a área útil total do empreendimento é de 10.586,87 m² e área construída de 1.317,88 m².

A poligonal apresentada na caracterização do empreendimento no SLA – aba atividades – refere-se a uma área de **2,15 ha**. A análise técnica geoespacial é requisito fundamental para a emissão de licenças ambientais pelo Estado de Minas Gerais – Capítulo II, Seção I, Deliberação Normativa COPAM n.º 217/2017.

No que se refere às áreas de uso restrito do imóvel rural, inicialmente é necessário mencionar que o empreendimento opera nos limites da propriedade rural denominada Sítio Córrego das Almas, Coelho ou Monjolos, de 13,14 hectares ou 0,6798 módulos fiscais, cujos proprietários são o Sr. Odílio Ribeiro dos Santos e a Sra. Carmem Alexina dos Santos, conforme cópia digital da certidão de registro imobiliário (Matrícula n.º 10.825) expedida na data de 1º/06/2023 pelo Serviço Registral da Comarca de Santa Bárbara/MG e anexada ao SLA.

Com a finalidade de integrar as informações ambientais referentes à situação das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa, das áreas de uso restrito e das áreas consolidadas da propriedade rural, o empreendedor apresentou o recibo do CAR, conforme registro MG-3136207-E671.3D7A.74E1.4E17.BD26.D14C.9EF6.3961, no qual consta o uso do solo do imóvel rural Sítio Córrego das Almas, Coelho ou Monjolos.

No CAR foram declarados 13,60 ha correspondentes à área total do imóvel, 2,98 ha correspondentes à área consolidada, 6,86 ha aos remanescentes de vegetação nativa e 2,74 ha correspondentes à RL ou 21,76% da área total do imóvel.

Analisando-se os arquivos vetoriais obtidos por meio do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), foi possível constatar que a ADA informada pelo empreendedor se sobrepõe à Reserva Legal proposta no CAR; ainda, parte da ADA extrapola os limites do imóvel rural.

Vale mencionar que nem toda a vegetação nativa existente nos limites do imóvel rural foi declarada no CAR, existindo na ADA uma área com presença de árvores isoladas para a qual o empreendedor não deixou claro nos estudos ambientais a necessidade ou não de corte.

O arquivo vetorial anexado à aba “atividades” do SLA apresenta a área diretamente afetada pelo empreendimento com um total de 2,16 ha, porém, conforme já mencionado, o empreendedor informou valores diferentes referentes à abrangência da ADA. Importante mencionar que não foram anexados ao processo de licenciamento os arquivos vetoriais para a identificação de cada uma das áreas utilizadas pelo empreendimento.

Tais arquivos são essenciais para o conhecimento e análise dos processos de licenciamento ambiental, em especial para as solicitações de ampliação de empreendimentos, nos quais é fundamental entender a necessidade ou não de incremento de área de diretamente afetada, uma vez que as atividades a serem instaladas possuem como parâmetro a área em hectares que tais atividades abrangerão.

Verificando-se a camada Uso e Cobertura da Terra – 1985 a 2022 (MapBiomass – Coleção 8), disponível na plataforma IDE-Sisema, constatou-se a presença de vegetação em área nos limites da ADA, tal qual pode ser observado nas figuras a seguir:



Figura 3: ADA do empreendimento e indicação (seta vermelha), para área com presença de árvores isoladas. **Fonte:** Google Earth Pro (acesso em 20/11/2023).

Quando se compara a Figura 02 com a Figura 03, no que se refere à área indicada pela seta vermelha, observa-se discrepância entre a abrangência da ADA, o que corrobora o erro na apresentação da ADA, pelo empreendedor. As diferenças na área ainda foram identificadas de acordo com as setas em amarelo.

À vista do exposto é possível inferir-se que o empreendedor não prestou as devidas informações acerca da ADA pelo empreendimento, o que inviabilizou a verificação técnica da necessidade de intervenções ambientais previstas no Decreto Estadual n. 47.749/2019 devido às divergências das áreas do empreendimento, cujas intervenções deveriam ser regularizadas por meio de autorização para intervenção ambiental (AIA). Ainda, constatou-se que a ADA se sobrepõe à área de uso restrito de acordo a Lei Estadual n. 20.922/2013.

E sobre a regularidade da instrução processual, vale lembrar a dicção do art. 17 do Decreto Estadual n. 47.383/2018 c/c as disposições da DN COPAM n. 217/2017, a citar:

Decreto Estadual n. 47.383/2018

Art. 17 - A orientação para formalização do processo de regularização ambiental será emitida pelo órgão estadual responsável pelo licenciamento ambiental, **com base nas informações prestadas na caracterização do empreendimento, e determinará** a classe de enquadramento da atividade ou do empreendimento, a modalidade de licenciamento ambiental a ser requerida, bem como os estudos ambientais e **a documentação necessária à formalização desse processo**, do processo de outorga dos direitos de uso de recursos hídricos e **do processo de intervenção ambiental**, quando necessários.

§ 1º - **Entende-se por formalização do processo de licenciamento ambiental, a apresentação, pelo empreendedor, do respectivo requerimento acompanhado de todos os documentos, projetos e estudos ambientais exigidos pelo órgão ambiental competente, inclusive dos documentos necessários à concessão de outorga de direito de uso de recursos hídricos e de autorização para intervenção ambiental**, quando requeridos.

Deliberação Normativa COPAM n. 217/2017

Art. 13 – **Deverá ser realizada caracterização do empreendimento por meio do preenchimento de formulário próprio, exigível para qualquer processo de regularização ambiental e de inteira responsabilidade do empreendedor.**

Art. 14 – **A orientação para formalização do processo de regularização ambiental será emitida pelo órgão estadual responsável pelo licenciamento ambiental, com base nas informações prestadas na caracterização do empreendimento.**

Parágrafo único – A orientação a que se refere o *caput* será emitida pelo órgão ambiental estadual e informará a classe de enquadramento da atividade ou empreendimento, a modalidade de regularização ambiental a ser requerida, bem como a documentação necessária.

Art. 15 – **Para a formalização de processo de regularização ambiental deverão ser apresentados todos os documentos, projetos e estudos exigidos pelo órgão ambiental estadual.**

Nesse cenário de informações técnicas deficientes, impõe-se a incidência das disposições contidas na Instrução de Serviço Sisema n. 06/2019, a citar:

Instrução de Serviço Sisema n. 06/2019

3.4.1 - Da possibilidade de atuação posterior à formalização do processo administrativo no que se refere às informações e aos documentos desconformes e dos tipos de decisões finais possíveis

A atuação do órgão ambiental, posterior à formalização do processo de licenciamento ambiental, também poderá resultar em necessidade de correções ou complementações das informações que instruem o processo de licenciamento ambiental ou, no momento decisório conclusivo, em rejeição do processo propriamente dito ou emissão do certificado de licença ambiental.

Dessa forma, **as ações pós-formalização gerarão fluxos diferentes a serem tratados pelo corpo técnico envolvido na análise dos processos, os quais podem ser definidos conforme enumeração a seguir.**

[...]

3 – Sugestão para arquivamento do processo administrativo.

O arquivamento do processo administrativo é a ação prevista pelas hipóteses traçadas no art. 33 do Decreto n. 47.383, de 2018, as quais, ante a atual realidade, podem ser aglutinadas em duas macrossituações:

- A requerimento do empreendedor;
- **Falha nas informações que instruem o processo administrativo.**

Dessa maneira, quando não solicitado pelo empreendedor, **o arquivamento é ação que se justifica por falha na instrução processual sob responsabilidade do empreendedor, podendo ocorrer de plano** ou, também, após a solicitação das informações complementares.

Vê-se que o arquivamento do processo administrativo é a ação prevista pelas hipóteses traçadas no art. 33 do Decreto Estadual n. 47.383/2018, as quais, ante a atual realidade, podem ser aglutinadas em duas macrossituações: (i) a requerimento do empreendedor; e (ii) falha nas informações que instruem o processo administrativo.

Vale registrar que a edição de Instruções de Serviços Sisema tem como objetivo a adoção de procedimentos padronizados pelas áreas da Semad, FEAM, IEF e IGAM, a fim de garantir a uniformidade de atuação dos órgãos e entidades do Sisema, no território do Estado, conforme preconizado na Instrução de Serviço Sisema n. 04/2021.

Destaca-se, ainda, que a *“Administração pode declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente”* (art. 50 da Lei Estadual n. 14.184/2002).

Logo, tendo em vista as constatações decorrentes da análise processual conduzida, as disposições legais acerca do rito de licenciamento ambiental e o caráter vinculante e hierárquico das normativas editadas, sugere-se seja promovida a atuação determinada nas orientações institucionais vigentes e aplicáveis à espécie, o que resulta por recomendar o **arquivamento** do P.A. de LP+LI+LO n. 1377/2023 (SLA), por falha na instrução processual e nas próprias informações que instruem o processo administrativo.

Não incidem, na hipótese, as determinações contidas no art. 16, § 3º, da DN COPAM n. 217/2017 ^[3].

Não menos importante, há de se registrar que a competência legal para deliberação acerca do fato encontra-se disposta no parágrafo único do art. 33 do Decreto Estadual n. 47.383/2018, cuja atribuição recai sobre a unidade administrativa responsável pela análise processual, no caso, representada pelo Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental, a quem compete decidir sobre licenciamento ambiental e atos a ele vinculados, nos termos do art. 23, *caput*, primeira parte, do novel Decreto Estadual n. 48.707/2023.

Registra-se que o decurso dos prazos de licenciamento sem a emissão da licença ambiental não implica emissão tácita nem autoriza a prática de ato que dela dependa ou decorra (art. 25 do Decreto Estadual n. 47.383/2018).

II. Das disposições finais

Diante do exposto, servimo-nos deste despacho para reportar a Vossa Senhoria a sugestão de **arquivamento** do Processo Administrativo n. 1377/2023 (SLA), formalizado pelo empreendedor MCI RECICLAGEM E COMERCIO LTDA. (CNPJ n. 11.958.883/0003-25), na data de 29/06/2023, sob a rubrica de LP+LI+LO, concomitantes (LAC-1), para a ampliação das atividades descritas como (i) “*central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de sucata metálica, papel, papelão, plásticos ou vidro para reciclagem, contaminados com óleos, graxas ou produtos químicos, exceto agrotóxicos*” (código F-01-01-6 da DN COPAM n. 217/2017), área útil de 0,02 ha, (ii) “*central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de outros resíduos não listados ou não classificados*” (código F-01-09-5 da DN COPAM n. 217/2017), área útil de 0,3 ha, (iii) “*central de armazenamento temporário e/ou transferência de resíduos Classe I perigosos*” (código F-01-10-1 da DN COPAM n. 217/2017), capacidade instalada de 10 m³/dia, (iv) “*reciclagem ou regeneração de outros resíduos classe 2 (não-perigosos) não especificados*” (código F-05-07-1 da DN COPAM n. 217/2017), capacidade instalada de 272 t/dia, (v) “*processamento ou reciclagem de sucata*” (código F-05-17-0 da DN COPAM n. 217/2017), capacidade instalada de 100 t/dia, e (vi) “*sinterização de minério de ferro e outros resíduos siderúrgicos*” (código B-02-01-2 da DN COPAM n. 217/2017), capacidade instalada de 340 t/dia, todas em empreendimento localizado na Rua/Comunidade Estação da Água, s/n, bairro Nova Cachoeirinha, CEP 35930-970, no Município de João Monlevade/MG, motivado por **falha nas informações que instruem o processo administrativo de licenciamento ambiental**, nos termos do subitem 3.4.1 da Instrução de Serviço Sisema n. 06/2019 c/c art. 50 da Lei Estadual n. 14.184/2002 c/c art. 17 do Decreto Estadual n. 47.383/2018 c/c as disposições da DN COPAM n. 217/2017 delineadas neste ato administrativo.

A autoridade decisória deverá observar as disposições constantes do subitem 3.4.5, p. 50/51, da Instrução de Serviço Sisema n. 06/2019.

No tocante aos custos de análise processual, incidem, a partir de 29/03/2018, os valores tabelados pela Lei Estadual n. 22.796, de 28 de dezembro de 2017. Consta do módulo “pagamento” do SLA registro de quitação integral respectivo requerimento apresentado. E conforme orientação da Instrução de Serviço Sisema n. 06/2019, a identificação do pagamento dos respectivos custos referentes à formalização processual é realizada de forma automática ^[4] por meio da integração do SLA ao *webservice* de consulta da SEF/MG, notadamente para os fins previstos no art. 34 da DN COPAM n. 217/2017 e arts. 20 e 21 do Decreto Estadual n. 47.383/2018 c/c art. 3º, VII e art. 23 do novel Decreto Estadual n. 48.707/2023.

Consigna-se que, uma vez arquivado, o processo de licenciamento ambiental só poderá ser desarquivado por decisão administrativa que deferir eventual recurso interposto pelo empreendedor ou por autotutela administrativa, assegurado o direito do requerente em formalizar novo processo, desde que não implique reaproveitamento ou restituição dos custos referentes ao processo arquivado (art. 34 do Decreto Estadual n. 47.383/2018 c/c § 6º do art. 26 da DN COPAM n. 217/2017 c/c Instruções de Serviço Sisema n. 06/2019 e

02/2021).

Por se tratar de ato de arquivamento, recomenda-se sejam os dados do processo em referência encaminhados à Unidade Regional de Fiscalização para, se necessário, promover a fiscalização e apuração de eventuais infrações ambientais, nos moldes estabelecidos na Instrução de Serviço Sisema n. 05/2017 e em atendimento ao Memorando SEMAD/SURAM n. 219/2022 (Id. 43280306, SEI).

Oportunamente, sugere-se o encaminhamento dos autos ao Núcleo de Apoio Operacional da Coordenação Regional de Administração e Finanças para a adoção das medidas cabíveis, notadamente o cancelamento das solicitações de informações complementares de cunho jurídico cadastradas preliminarmente no SLA no dia 15/09/2023, em consonância com as diretrizes da Instrução de Serviço Sisema n. 06/2019.

Destaca-se que a manifestação aqui contida visa nortear a escolha da melhor conduta, tendo natureza opinativa, de caráter obrigatório, porém não vinculante e decisório, podendo a autoridade competente agir de forma contrária à sugerida pela equipe interdisciplinar, conforme a sua conveniência e oportunidade, sopesando-se as nuances do art. 20 e parágrafo único do art. 30 do Decreto-lei n. 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), com redação determinada pela Lei Federal n. 13.655/2018.

É a nossa manifestação opinativa ^[5], *sub censura*.

À deliberação final da autoridade decisória competente.

[1] Há divergência quanto à razão social do empreendimento em relação à palavra “COMÉRCIO” indicada com erro de grafia no site da Receita Federal, no CADU e em alguns documentos anexados ao SLA, destoando, inclusive, da razão social lançada no Contrato Social, no SIAM e no próprio certificado emitido na LOC que se buscou ampliar.

[2] Considerou-se a data de validade consignada expressamente no Certificado LOC n. 012 (Protocolo SIAM n. 0454942/2019).

[3] Indeferido ou arquivado o requerimento de licença ambiental, as intervenções ambientais terão o mesmo tratamento e os requerimentos de outorga em análise, cuja finalidade de uso esteja diretamente relacionada à atividade objeto do licenciamento, serão indeferidos.

[4] Vide disposição contida na página 37 da Instrução de Serviço Sisema n. 06/2019.

[5] Parecer AGE/MG n. 16.056, de 21 de novembro de 2018: [...] 48. **O parecer administrativo e a nota técnica não equivalem ao ato administrativo** a eles posterior, ainda que o administrador tenha acatado integralmente o parecer. O parecer não possui valor normativo, servindo apenas gestor na tomada de decisões.



Documento assinado eletronicamente por **Cintia Marina Assis Igidio, Servidor(a) Público(a)**, em 21/11/2023, às 18:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lirriet de Freitas Libório Oliveira, Diretor (a)**, em 21/11/2023, às 18:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maiume Rughania Sa Soares, Servidor(a) Público(a)**, em 22/11/2023, às 08:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mary Aparecida Alves de Almeida, Servidor(a) Público(a)**, em 22/11/2023, às 08:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Laudo Jose Carvalho de Oliveira, Servidor(a) Público(a)**, em 22/11/2023, às 13:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Clayton Carlos Alves Macedo, Diretor (a)**, em 27/11/2023, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **77296773** e o código CRC **A3712793**.